

S
UFRJ/IEI
TD69

043918-5

Universidade Federal do Rio de Janeiro



Instituto de Economia Industrial

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 69
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANS-
FORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABAL-
HO NO BRASIL DURANTE A RECES-
SÃO - 1980/1983.

João L.M. Saboia

Fevereiro/1985

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



Considerações sobre as transformações no
mercado de trabalho no Brasil durante a
recessão - 1980/1983



43 - 016364

João L. M. Saboia
Fevereiro/1985

anpec
INSTITUTO NACIONAL
de estudos de
políticas de
desenvolvimento
econômico

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA

INVENTARIADO

25/04/86

5
UFRJ/IEI
TD69

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 10 / 10 / 85

N.º Registro: 043918-5

1598278

FICHA CATALOGRÁFICA

Saboia, João L.M.

Considerações sobre as transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a recessão - 1980/1983.

--Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1985.

52 p.-- (Texto para Discussão; n.69)



1 - INTRODUÇÃO

A partir de 1981, o País vem passando por uma crise econômica sem precedentes, resultante da opção recessiva adotada pelo governo para combater os desequilíbrios externos. Entre 1980 e 1983, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de 3,8%, enquanto o PIB per capita reduziu-se em 10,6%. A indústria foi o setor mais atingido, com uma queda de 11,4% no índice de produto real. (Tabelas 1 e 2).

Como consequência da recessão, o mercado de trabalho enfrentou enormes dificuldades no período. Ao mesmo tempo em que a renda se comprimia, a população em idade de trabalhar continuava a crescer. A questão do emprego tornou-se, assim, um dos temas centrais da discussão econômica.

Para um correto entendimento do funcionamento do mercado de trabalho no Brasil, é conveniente dividir a economia em dois grandes segmentos: o setor formal e o informal. No formal, predominam relações de produção capitalistas, com a separação entre o capital e o trabalho. O assalariamento constitui-se na forma dominante de remuneração dos trabalhadores. O nível de emprego está diretamente relacionado ao nível de produção, dependendo, obviamente, das técnicas utilizadas.

Há também um importante setor, constituído por organizações não tipicamente capitalistas, onde a separação entre o capital e o trabalho não é nitida ou não existe. O assalariamento ocorre com frequência, mas não é típico do chamado setor informal. Souza (1980) classifica como pertencentes a este segmento da economia as empresas familiares, os trabalhadores por conta própria subordinados, os pequenos vendedores de serviços, o serviço doméstico e as quase-empresas capitalistas.⁽¹⁾

O setor informal da economia é dependente do formal. Em períodos de crescimento econômico, os desempregados e os trabalhadores pertencentes ao setor informal fornecem a mão-de-obra

necessária para o processo de acumulação no setor formal. Na recessão, por outro lado, os trabalhadores que perdem seus empregos no setor formal passam a fazer parte das estatísticas de desemprego ou são absorvidos pelo setor informal da economia.

A passagem de um trabalhador do setor formal para o informal nem sempre é imediata e sem traumas. Normalmente, existe um período de desemprego antes da absorção pelo setor informal. Este período, entretanto, é limitado, devido à inexistência de um seguro-desemprego, que permita a sobrevivência do trabalhador desempregado. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) cumpre esta tarefa de forma bastante precária.⁽²⁾ A entrada no setor informal, por outro lado, pode ser complexa. A transformação de um assalariado em um trabalhador por conta própria, por exemplo, não é trivial, existindo, portanto, "barreiras à entrada" no setor informal da economia.⁽³⁾

A experiência brasileira dos últimos anos tem mostrado que a população ocupada (no setor formal e no informal) cresceu segundo as taxas "normais", sem que houvesse um grande aumento nas taxas de desemprego. Uma vez que o setor formal não conseguiu absorver esta mão-de-obra, não resta dúvida que o setor informal constituiu-se no escoadouro para onde se dirigiram os novos trabalhadores que chegaram ao mercado de trabalho no período, assim como os desempregados do setor formal. Obviamente, as condições de sobrevivência no setor informal deterioraram-se bastante, devido ao maior número de pessoas disputando uma renda decrescente na economia.

As principais transformações incluídas no conjunto do mercado de trabalho do País, entre 1980 e 1983, mostram uma queda no nível de emprego na agricultura e na indústria de transformação, com uma consequente elevação no setor de serviços e na administração pública. A participação feminina cresceu no período, enquanto aumentaram as dificuldades de entrada no mercado de trabalho para os jovens. Houve também uma elevação no percentual de pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais. Por razões óbvias, ocorreu uma diminuição na remuneração

na remuneração dos trabalhadores.

No setor formal da economia, pode-se também mencionar a queda na participação dos trabalhadores não-qualificados e a redução no nível de emprego em São Paulo. Houve uma diminuição substancial nas taxas de rotatividade, elevando-se, entretanto, as rescisões de vínculos empregatícios por iniciativa do empregador sem justa causa. Diferentemente do que seria possível imaginar à primeira vista, a ajuste no nível de emprego no setor formal ocorreu, principalmente, a partir de uma diminuição no fluxo de admissões e não através do aumento do número de desligamentos.

Os pontos acima serão aprofundados a seguir. Na próxima seção são discutidos os principais movimentos ocorridos no mercado de trabalho. A seção 3 apresenta as modificações na estrutura ocupacional. A questão da posse da carteira de trabalho assinada é tratada na seção 4. Finalmente, são detalhadas as principais transformações ocorridas no setor formal.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DO PIB PER CAPITA -
BRASIL - 1980/1983.

	(Base: 1980=100)			
	1980	1981	1982	1983
PIB	100	98,4	99,3	96,2
Variação Anual (%)	7,2	-1,6	0,9	-3,2
PIB per Capita	100	96,1	94,6	89,4
Variação Anual (%)	4,6	-4,0	-1,5	-5,5

Fonte: FGV (Conjuntura Econômica, Vol.38, nº 6, Junho de 1984).

TABELA 2 - ÍNDICES DE PRODUTO REAL - INDÚSTRIA - BRASIL - 1980/1983.

	(Base: 1980 = 100)			
Ramos de Atividade	1980	1981	1982	1983
Extrativa Mineral	100	100,2	106,9	122,4
Transformação	100	93,5	93,7	87,8
Construção Civil	100	95,8	95,9	81,5
Utilidade Pública	100	103,4	109,9	118,5
TOTAL	100	94,5	95,1	88,6

Fonte: FGV (Conjuntura Econômica, vol.38, nº 6, Junho de 1984)

2 - MOVIMENTOS GERAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Como já foi afirmado anteriormente, a crise econômica não impediu a absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho. A porcentagem da população ocupada relativamente à população com 10 anos ou mais, que situava-se em 52,3% em 1979, caiu para 51,1% em 1981, elevando-se novamente para 52,7% em 1982 e 52,2% em 1983. (4) Verifica-se, portanto, que apesar de uma pequena queda nos anos em que o choque recessivo foi mais intenso, não houve variações consideráveis na taxa de participação da população ocupada no período. Considerando-se a relação entre a população economicamente ativa e a população com 10 anos ou mais, observa-se uma ligeira tendência de crescimento da taxa de participação da população economicamente ativa, que passou de 53,8% em 1979 para 53,4% em 1981, 54,9% em 1982 e 54,8% em 1983. Assim, houve uma tentativa de entrada de novas pessoas no mercado de trabalho, que possivelmente procuravam complementar as rendas familiares em declínio. (Tabela 3).

A taxa de participação masculina é consideravelmente superior à feminina. Cabe, entretanto, observar, que o crescimento encontrado na taxa de participação da população economicamente ativa deve-se, praticamente, ao sexo feminino. Enquanto para o sexo masculino ela correspondia a 74,7% em 1979, 74,6% em 1981, 75,6% em 1982 e 74,8% em 1983, no caso do sexo feminino passou de 33,6% em 1979 para 32,9% em 1981, 34,8% em 1982 e 35,6% em 1983. Verifica-se, portanto, que a crise econômica induziu parcela considerável das mulheres a procurarem o mercado de trabalho. (5)

O crescimento da taxa de participação da população economicamente ativa e a estabilização da taxa de participação da população ocupada provocaram uma elevação nas taxas globais de desemprego aberto. Enquanto esta última situava-se em apenas 2,8% em 1979, seu valor crescia para 4,3% em 1981, 3,9% em 1982 e 4,9% em 1983. O aumento das taxas de desemprego em 1981 e 1983 está certamente relacionado com os choques recessivos ocorridos

nestes dois anos.

As taxas de desemprego nas áreas metropolitanas apresentam valores bastantes distintos entre si. Seu comportamento, entretanto, possui características comuns nas diversas regiões. Exemplificaremos com os casos do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Nas três regiões houve uma elevação nas taxas de desemprego entre 1980 e 1981. A média anual passou de 7,50 para 8,61% no Rio de Janeiro, de 5,65 para 7,25% em São Paulo e de 6,81 para 8,56% em Recife. A comparação com o ano de 1982 fica dificultada, em virtude de modificações metodológicas incluídas na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE a partir de abril daquele ano. (6) Apesar disto, nota-se que as taxas permaneceram elevadas durante o primeiro trimestre de 1982, tendo apresentado um movimento de queda ao longo do ano. Em 1983, as taxas de desemprego apresentaram valores maiores do que em 1982, embora a comparação esteja prejudicada no primeiro trimestre. Este comportamento foi mais nítido durante o segundo semestre, quando mais uma vez as taxas mostraram-se em queda. (7) (Tabela 4)

Apesar do crescimento das taxas de desemprego em 1981 e 1983, tanto nas áreas metropolitanas quanto no conjunto do País, a elevação foi relativamente modesta quando comparada com a dimensão da crise econômica. Estes resultados não devem constituir-se em surpresa, na medida em que a situação de desemprego aberto em um País como o Brasil é obrigatoriamente transitória. A inexistência do seguro-desemprego no setor formal da economia obriga os trabalhadores desempregados a procurarem algum tipo de ocupação no setor informal, permanecendo por pouco tempo nas estatísticas de desemprego. (8) Estes dados mostram também a limitação das taxas de desemprego aberto, que não distinguem a situação de uma pessoa empregada no setor formal com aquela de um indivíduo que exerça qualquer tipo de atividade no setor informal da economia.

A distribuição regional da população ocupada no Brasil mostra que não houve grandes modificações ao longo do período 1981/1983. (9) (Tabela 5) Em termos setoriais, entretanto, ocor-

rem alguns movimentos interessantes. Como era de se esperar, a indústria de transformação perdeu participação no emprego, baixando de 15,5% em 1979 para 15,0% em 1981, 14,7% em 1982 e 14,0% em 1983. Também na agricultura ocorre uma queda considerável - 32,5% em 1979 e 27,1% em 1983. O aparente crescimento da população ocupada na indústria de construção em 1983 deve-se à inclusão dos trabalhadores nas "frentes de trabalho" no Nordeste neste ramo de atividade. (10) A queda do emprego na indústria de transformação e agricultura foram compensadas pela elevação da participação do comércio, prestação de serviços, atividades sociais, administração pública e outras atividades industriais. A redução do emprego na indústria de transformação pode ser notada com mais nitidez em São Paulo, onde o percentual da população ocupada neste setor baixou de 28,7% em 1979 para 28,0% em 1981, 26,9% em 1982 e apenas 25,4% em 1983. (Tabelas 6 e 7).

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho pode ser comprovado através da distribuição da população ocupada segundo o sexo. Em 1979, 68,3% das pessoas ocupadas eram homens, enquanto às mulheres correspondiam às restantes 31,7%. O percentual de pessoas ocupadas do sexo feminino elevou-se para 32,2% em 1982 e 33,0% em 1983. (Tabela 8)

As dificuldades de entrada no mercado de trabalho enfrentadas pelos jovens sobressaem quando analisadas as diversas faixas etárias. Aqueles entre 10 e 14 anos representavam 6,7% da população ocupada em 1979 e 5,2% em 1983. Na faixa 15/19 anos o percentual baixou de 15,4 para 14,2% no mesmo período, ocorrendo um comportamento similar para a faixa 20/24 anos. Para todas as outras faixas etárias houve um crescimento no percentual da população ocupada. A queda na participação dos mais jovens pode também estar relacionada à entrada de pessoas (mais velhas) no mercado de trabalho (ex.: mulheres), que passaram a fazer parte da população economicamente ativa. (Tabela 9)

A maior disputa por uma vaga no mercado de trabalho provocou uma diminuição no número de horas trabalhadas por pessoa.

Assim, em 1979, 15,4% da população ocupada trabalhava menos de 40 horas. Este percentual subiu para 18,4% em 1981, 19,3% em 1982 e 21,0% em 1983. Em compensação, diminuiu o percentual de pessoas ocupadas trabalhando entre 40 e 48 horas - 51,4% em 1979 e 48,7% em 1983 -, assim como daqueles com 49 ou mais horas semanais - 33,2% em 1979 e 30,3% em 1983. (Tabela 10).

TABELA 3 - POPULAÇÃO OCUPADA, DESOCUPADA, ECONOMICAMENTE ATIVA, TAXAS DE DESEMPREGO E DE PARTICIPAÇÃO - BRASIL - 1979/1983.

	1979	1981	1982	1983
População Ocupada (A)	44.164.360	45.465.410	47.925.851	48.466.493
População Desocupada (B)	1.247.190	2.023.116	1.958.885	2.474.207
População Economicamente Ativa (PEA) (C)	45.411.550	47.488.526	49.884.736	50.940.700
População c/10 Anos ou Mais (D)	84.393.343	88.902.901	90.905.799	92.886.828
Taxa de Desemprego (B)/(C) x 100	2,8	4,3	3,9	4,9
Taxa de Participação da População Ocupada (A)/(D) x 100	52,3	51,1	52,7	52,2
Taxa de Participação da PEA (C)/(D)x100	53,8	53,4	54,9	54,8

Fonte: PNAD/IBGE.

10

TABELA 4 - TAXA MENSAL DE DESEMPREGO - REGIÕES METROPOLITANAS DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E RECIFE - JANEIRO 1980/DEZEMBRO 1983.

MÊS	1 9 8 0			1 9 8 1			1 9 8 2			1 9 8 3		
	Rio	São Paulo	Recife	Rio	São Paulo	Recife	Rio	São Paulo	Recife	Rio	São Paulo	Recife
JANEIRO	7,91	6,87	-	7,99	7,26	8,18	9,97	8,96	9,46	5,83	6,53	6,96
FEBREIRO	7,80	6,72	-	8,17	7,49	7,93	9,11	7,90	8,81	5,41	6,48	7,14
MARÇO	8,08	6,57	-	8,85	7,47	8,80	8,91	8,07	9,06	6,71	7,03	8,37
ABRIL	7,51	5,78	-	8,94	7,78	8,97	6,93 ⁽¹⁾	6,45 ⁽¹⁾	8,29 ⁽¹⁾	6,59	7,30	8,92
MAIO	8,12	5,85	-	8,88	7,30	8,97	6,97	5,40	7,99	6,27	7,24	8,81
JUNHO	7,96	5,38	6,95	8,91	7,15	8,51	6,40	5,25	7,45	6,54	7,05	7,74
JULHO	8,16	5,27	7,05	9,12	7,49	9,19	6,05	5,43	7,93	6,16	7,00	8,59
AGOSTO	8,00	5,21	7,54	8,88	7,85	9,72	5,59	5,71	6,99	6,55	6,94	8,43
SETEMBRO	6,61	5,35	7,21	8,25	7,27	8,96	5,06	5,57	6,82	6,66	7,22	8,40
OUTUBRO	6,87	5,24	6,65	8,33	6,92	8,67	5,02	4,90	6,36	6,20	6,71	8,09
NOVEMBRO	6,51	5,15	6,46	8,78	7,07	7,74	4,51	4,50	6,17	6,16	6,45	7,85
DEZEMBRO	6,47	4,36	5,81	8,25	6,01	7,04	3,94	3,61	4,65	5,02	5,53	6,44
TOTAL	7,50	5,65	6,81	8,61	7,25	8,56	6,54	5,98	7,50	6,17	6,79	7,98

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

Obs: A taxa de desemprego é definida pelo quociente entre as pessoas desocupadas com 15 anos ou mais e a população economicamente ativa.

(1) : A partir de abril de 1982 foi modificado o conceito de pessoa desocupada.

11

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO OCUPADA - BRASIL - 1979/1983.

Região	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Rio de Janeiro	9,9	9,7	9,9	9,9
São Paulo	22,2	23,4	23,2	23,2
Sul	21,7	18,6	18,0	17,7
Minas Gerais e Espírito Santo	12,4	12,8	12,6	12,8
Nordeste	28,5	26,9	27,4	27,4
Distrito Federal	0,9	1,0	1,1	1,1
Norte e Centro-Oeste	4,4	7,6 ¹	7,8	7,9
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

(1) : A partir de 1981 inclui também a população rural de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

12

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR ATIVIDADE - BRASIL - 1979/1983.

Ramo de Atividade	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Agricultura	32,5	29,3	29,5	27,1
Indústria de Transformação	15,5	15,0	14,7	14,0
Indústria de Construção	6,9	8,1	7,1	9,5
Outras Atividades Industriais	1,5	1,6	1,6	1,8
Comércio	9,7	10,3	10,4	10,6
Prestação de Serviços	15,2	15,3	16,1	16,3
Serviços Auxiliares	2,5	2,6	2,6	2,5
Transporte e Comunicação	3,7	3,9	3,9	3,7
Atividades Sociais	6,6	7,2	7,3	7,4
Administração Pública	3,5	4,0	4,2	4,1
Outras Atividades	2,4	2,7	2,7	3,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

13

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR ATIVIDADE - SÃO PAULO - 1979/1983.

Ramo de Atividade	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Agricultura	12,7	11,0	10,9	11,4
Indústria de Transformação	28,7	28,0	26,9	25,4
Indústria de Construção	6,9	7,4	7,5	6,9
Outras Atividades Industriais	1,4	1,2	1,2	1,3
Comércio	10,8	12,1	11,7	11,9
Prestação de Serviços	16,5	17,2	18,1	18,9
Serviços Auxiliares	4,0	3,6	3,6	3,8
Transporte e Comunicação	4,4	4,4	4,6	4,6
Atividades Sociais	7,2	7,4	7,7	8,0
Administração Pública	3,5	3,6	3,8	3,4
Outras Atividades	3,9	4,1	4,0	4,4
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

14

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO - BRASIL - 1979/1983.

Sexo	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Masculino	68,3	68,8	67,8	67,0
Feminino	31,7	31,2	32,2	33,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

15

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL - 1979/1983.

Faixa Etária (em anos)	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
10/14	6,7	5,7	5,9	5,2
15/19	15,4	14,9	14,6	14,2
20/24	16,2	15,3	15,2	15,4
25/29	13,4	13,5	13,5	13,7
30/39	20,5	21,4	21,8	22,4
40/49	14,9	15,3	15,1	15,4
50/59	8,6	9,2	9,3	9,2
60 ou Mais	4,3	4,7	4,6	4,5
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

16

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR HORAS TRABALHADAS POR SEMANA -
BRASIL - 1979/1983.

Horas Trabalhadas	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Até 39	15,4	18,4	19,3	21,0
40/48	51,4	51,8	49,9	48,7
49 ou Mais	33,2	29,8	30,8	30,3
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

17

3 - MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o contingente mais numeroso da população ocupada é constituído por empregados com carteira assinada. (11) Em 1979, eles correspondiam a 37,3% da população ocupada, tendo sua participação baixado para 36,1% em 1982 e 34,3% em 1983. Os empregados sem carteira assinada tiveram sua participação elevada de 25,0% em 1979 para 27,0% em 1982 e 30,7% em 1983. Os trabalhadores por conta própria representavam 21,8% em 1979, 23,3% em 1982 e 22,2% em 1983. Os trabalhadores não remunerados baixaram de 12,1% em 1979 para 9,7% em 1983. Também os empregadores reduziram-se de 3,8% em 1979 para 3,1% em 1983. Havia no País 48.466.493 pessoas ocupadas em 1983, dentre as quais 16.628.754 empregados com carteira assinada, 14.878.154 empregados sem carteira assinada, 10.775.076 trabalhadores por conta própria, 4.681.980 trabalhadores não remunerados e 1.502.529 empregadores. (Tabela 11)

Talvez o fato mais notável a ser destacado nos dados agregados da população ocupada segundo a posição na ocupação é a diminuição da participação dos empregados com carteira assinada simultaneamente com o crescimento dos empregados sem carteira assinada. Isto implica uma mudança qualitativa no mercado de trabalho, significando uma piora substancial para o conjunto de empregados.

Analisando-se as atividades agrícolas observa-se um certo equilíbrio entre empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados. Os trabalhadores com carteira assinada, assim como os empregados representam um percentual reduzido da população agrícola ocupada. Houve algumas modificações no período. Os empregados sem carteira assinada tiveram sua participação elevada de 29,0% em 1979 para 33,8% em 1983. Em contrapartida, os trabalhadores não remunerados caíram de 32,7% para 28,7%. Para as outras categorias ocorreram pequenas alterações, com os trabalhadores

por conta própria situando-se em 30,3% em 1983. Poder-se-ia especular sobre a transformação de trabalhadores familiares (não remunerados) em empregados sem carteira assinada durante o período analisado. (Tabela 12)

A distribuição é completamente distinta nas atividades não-agrícolas. O principal contingente é representado pelos empregados com carteira assinada, que correspondiam a 53,2% em 1981, 49,1% em 1982 e 45,5% em 1983. Os empregados sem carteira assinada passaram de 23,0% em 1979 para 24,9% em 1981, 25,2% em 1982 e 29,5% em 1983. Quanto aos trabalhadores por conta própria, apresentaram uma pequena elevação, passando de 17,9% em 1979 para 19,8% em 1983. Os empregadores baixaram de 3,8% em 1979 para 3,1% em 1983. Finalmente, os trabalhadores não remunerados nas atividades não-agrícolas são muito pouco numerosos, permanecendo com uma participação irrisória no período. Verifica-se, portanto, que cerca de três quartos da população ocupada em atividades não-agrícolas é constituída por empregados, tendo ocorrido, a partir de 1980, um sensível crescimento daqueles sem carteira assinada e uma queda da participação dos que possuem carteira assinada. Indiscutivelmente, houve uma grande deterioração no mercado de trabalho urbano no início da década de oitenta, consequência direta da recessão econômica. (Tabela 12)

Analisando-se separadamente o Estado de São Paulo confirma-se a tendência apontada acima. A participação dos empregados com carteira assinada reduz-se de 57,3% em 1979 para 51,1% em 1983. Ocorre uma elevação no percentual de empregados sem carteira assinada, que passam de 22,2% em 1979 para 25,7% em 1983. Também a percentagem de trabalhadores por conta própria cresce no período - 12,9% em 1979 e 15,5% em 1983. Os trabalhadores não remunerados e os empregadores são pouco numerosos e não sofreram grandes modificações. (Tabela 13)

A situação na região Nordeste mostra um enorme crescimento dos trabalhadores sem carteira assinada, que passaram de 28,1% em 1979 para 29,7% em 1982 e 39,1% em 1983. O grande au-

mento ocorrido em 1983 deve-se às "frentes de trabalho", fato este já mencionado anteriormente. Houve uma queda na participação dos trabalhadores por conta própria - 32,2% em 1979 e 27,6% em 1983. Os empregados com carteira assinada mantiveram-se em torno de 20% no período, ocorrendo uma queda na participação dos trabalhadores não-remunerados e dos empregadores. (Tabela 14)

Resumindo, nota-se um quadro extremamente diferenciado na distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação, dependendo de tratar-se de atividades urbanas ou rurais, ou de regiões com diferentes grau de desenvolvimento. O fato mais marcante foi a perda da carteira assinada para parcela importante dos empregados, que constituem o principal segmento do mercado de trabalho urbano. Quanto aos empregadores, embora relativamente pouco numerosos, pode-se notar uma queda generalizada em sua participação na população ocupada, o que sugere uma transformação de parcela dos pequenos empregadores em empregados ou trabalhadores por conta própria.

TABELA 11 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - BRASIL - 1979/1983.

Posição na Ocupação	1 9 7 9		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Empregados c/carteira assinada	16.492.157	37,3	16.960.262	37,3	17.320.097	36,1	16.628.754	34,3
Empregados s/carteira assinada	11.030.612	25,0	12.236.526	26,9	12.924.273	27,0	14.878.154	30,7
Trabalhadores p/conta própria	9.622.821	21,8	10.310.238	22,7	11.146.461	23,3	10.775.076	22,2
Trabalhadores não-remunerados	5.333.414	12,1	4.510.781	9,9	4.945.020	10,3	4.681.980	9,7
Empregadores	1.683.145	3,8	1.439.378	3,2	1.587.139	3,3	1.502.529	3,1
TOTAL	44.162.360	100	45.465.410	100	47.925.851	100	48.466.493	100

Fonte: PNAD/IBGE.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS - BRASIL - 1979/1983.

Posição na Ocupação	1 9 7 9		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3	
	Agrícolas	Não Agrícolas	Agrícolas	Não Agrícolas	Agrícolas	Não Agrícolas	Agrícolas	Não Agrícolas
Empregados c/carteira assinada	4,5	53,2	4,9	50,7	5,3	49,1	4,0	45,5
Empregados s/carteira assinada	29,0	23,0	31,8	24,9	31,0	25,2	33,8	29,5
Trabalhadores p/conta própria	29,8	17,9	30,4	19,5	30,7	20,2	30,3	19,8
Trabalhadores não-remunerados	32,7	2,1	29,4	1,9	29,5	2,3	28,7	2,1
Empregadores	4,0	3,8	3,5	3,0	3,5	3,2	3,2	3,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - SÃO PAULO - 1979/1983.

Posição na Ocupação	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Empregados c/carteira assinada	57,3	54,3	53,6	51,1
Empregados s/carteira assinada	22,2	22,7	23,3	25,7
Trabalhadores p/conta própria	12,9	15,3	15,1	15,5
Trabalhadores não-remunerados	3,2	3,7	3,9	3,7
Empregadores	4,4	4,0	4,1	4,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - NORDESTE - 1979/1983.

Posição na Ocupação	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Empregados c/carteira assinada	19,1	21,9	20,4	19,4
Empregados s/carteira assinada	28,1	32,2	29,7	39,1
Trabalhadores p/conta própria	32,2	31,4	33,3	27,6
Trabalhadores não-remunerados	18,1	12,6	14,6	12,3
Empregadores	2,5	1,9	2,0	1,6
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD/IGBE.



4 - A POSSE DA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

A partir dos cinco tipo de ocupações analisadas na última seção podemos procurar fazer uma associação entre cada uma delas e os setores formal e informal da economia brasileira. Os empregados com carteira assinada, em sua imensa maioria, pertencem ao setor formal. Estariam excluídos apenas alguns poucos empregados de empresas não tipicamente capitalistas (quase-empresas), que eventualmente possuam carteira assinada, assim como uma minoria de empregadas domésticas.

Quanto aos empregados sem carteira assinada, pertencem basicamente ao setor informal. A principal exceção são os trabalhadores estatutários do governo, submetidos a uma legislação especial, que não inclui a posse da carteira de trabalho. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os estatutários representavam, em 1983, cerca de dois milhões de trabalhadores, dentro de um total de quase 15 milhões de empregados sem carteira assinada segundo a PNAD. Portanto, os empregados sem carteira assinada são típicos do setor informal da economia.

A maioria dos trabalhadores por conta própria pertence ao setor informal. Excluem-se, obviamente, os profissionais liberais independentes e outros trabalhadores autônomos não subordinados,⁽¹²⁾ os quais, muitas vezes, são donos de seus próprios negócios ou até mesmo empregadores.

Os trabalhadores não-remunerados são encontrados basicamente no setor agrícola, fazendo parte de empresas familiares e pertencendo ao setor informal.

No caso dos empregadores, existem tanto aqueles que são proprietários de empresas tipicamente capitalista, como também de quase-empresas. Assim, parcela pertence ao setor formal, enquanto outros fazem parte do setor informal.

Das cinco categorias analisadas, aquela que mais nitidamente pertence ao setor formal são os empregados com carteira assinada. Além disso, eles correspondem ao contingente mais numeroso da população ocupada. Por outro lado, excluindo-se os trabalhadores estatutários, os empregados sem carteira assinada fazem parte do setor informal. O conjunto de todos os empregados (com ou sem carteira assinada) representam cerca de 75% da população ocupada, justificando seu acompanhamento durante os anos de recessão econômica, para verificar a evolução do mercado de trabalho no País. Um crescimento dos empregados com carteira assinada pode ser associado a um aumento do grau de formalização na economia, enquanto o oposto ocorre quando cresce o número de empregados sem carteira assinada.

A tendência generalizada entre os empregados foi de crescimento da parcela sem carteira assinada, associada a uma diminuição daqueles com posse da carteira de trabalho. Isto pode ser verificado, tanto a nível regional, quanto setorial, por sexo e faixa etária. Para o conjunto de empregados no Brasil, 59,9% possuíam carteira assinada em 1979, 58,1% em 1981, 57,3% em 1982 e apenas 52,8% em 1983. Em valores absolutos, existiam 16.492.157 empregados com carteira assinada em 1979 e 16.628.754 em 1983. (13)

Em termos regionais, a posse da carteira assinada é relativamente frequente nos centros mais desenvolvidos do País — São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e região Sul. Todas as regiões foram atingidas pela queda do percentual de empregados com carteira assinada. Em São Paulo, por exemplo, 72,0% dos empregados possuíam carteira assinada em 1979 e apenas 66,6% em 1983. No Rio de Janeiro a queda foi também elevada, baixando de 73,5 para 63,8% no mesmo período. Mesmo nas regiões onde a posse da carteira assinada era baixa antes da crise econômica também houve queda. Na região Norte e Centro-Oeste, 51,4% dos empregados possuíam carteira assinada em 1979 e apenas 45,0% em 1983. (14) Estes dados mostram uma diminuição relativa do setor formal no período, atingindo todas as regiões, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico. (Tabela 14)

Todos os ramos de atividade analisados mostram uma queda no percentual de empregados com carteira de trabalho assinada. Este fato ocorre, inclusive, naqueles setores onde expressiva parcela dos empregados possuem carteira assinada. Na indústria de transformação, por exemplo, 87,3% tinham a posse da carteira em 1979 e 84,2% em 1983. Até mesmo na agricultura, onde parcela irrisória dos empregados possuem a carteira de trabalho assinada pelos empregadores, houve queda no período. Os percentuais relativamente baixos encontrados na administração pública devem-se aos trabalhadores estatutários, enquanto na prestação de serviços estão incluídas as empregadas domésticas (sem carteira). (15) (Tabela 15)

Tanto os empregados homens quanto as mulheres foram prejudicados, com o crescimento daqueles sem carteira assinada. A posse da carteira é mais comum entre os homens do que entre as mulheres. Enquanto, em 1979, 62,4% dos empregados (homens) e 54,6% das empregadas (mulheres) possuíam carteira assinada, em 1983 estes percentuais haviam se reduzido para 54,5 e 49,3% respectivamente. (Tabela 16)

Finalmente, todas as faixas etárias sofreram o mesmo efeito, embora os mais jovens tenham apresentado maiores quedas. Entre os empregados na faixa 10/14 anos, 12,5% possuíam carteira assinada em 1979 e apenas 5,9% em 1983. Na faixa 15/19 anos os percentuais foram 42,4% em 1979 e 32,1% em 1983. Mesmo na faixa em que a posse da carteira assinada é mais frequente — entre 25 e 29 anos — o percentual baixou de 70,5 para 65,2% no período. (Tabela 17)

Verifica-se, portanto, um crescimento generalizado do grau de informalização entre os empregados, com uma elevação do percentual daqueles que não possuem carteira de trabalho assinada. Este comportamento é um sinal do aumento do setor informal vis-a-vis o formal. Cabe, entretanto, argumentar, que parte do setor formal pode estar assumindo atitudes típicas do setor informal, como estratégia de sobrevivência durante a crise. Assim, pode ser mais conveniente para uma firma deixar de assinar a

carteira de trabalho de alguns empregados ou transformar o assalariamento permanente em prestação de serviços. De qualquer forma, a tendência encontrada nesta seção nos parece suficientemente clara para afirmar que o setor informal foi o principal responsável pela absorção da mão-de-obra durante a recessão do início da década de oitenta.

TABELA 14 - PORCENTAGEM DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA POR REGIÃO - BRASIL - 1979/1983.

Região	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Rio de Janeiro	73,5	69,5	65,6	63,8
São Paulo	72,0	70,5	69,7	66,6
Sul	63,3	65,7	65,3	63,1
Minas Gerais e Espírito Santo	49,2	46,8	45,2	42,6
Nordeste	40,5	40,5	40,8	33,1
Distrito Federal	73,9	73,2	71,0	69,3
Norte e Centro-Oeste	51,4	48,1	47,2	45,0
TOTAL	59,9	58,1	57,3	52,8

Fonte: PNAD/IBGE.

TABELA 15 - PORCENTAGEM DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA POR RAMO DE ATIVIDADE -
BRASIL - 1979/1983.

Ramo de Atividade	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Agrícola	13,5	13,3	14,5	10,7
Indústria de Transformação	87,3	85,4	84,5	84,2
Indústria de Construção	67,9	55,0	60,5	33,3
Outras Atividades Industriais	86,0	84,6	83,9	78,1
Comércio	75,5	73,6	72,2	73,2
Prestação de Serviços	39,9	37,1	35,2	34,4
Serviços Auxiliares	79,3	78,4	78,6	76,9
Transporte e Comunicação	84,5	84,4	83,0	84,1
Atividades Sociais	64,8	63,7	61,3	59,0
Administração Pública	47,8	52,1	50,7	43,5
Outras Atividades	92,9	91,7	90,4	91,8
TOTAL	59,9	58,1	57,3	52,8

Fonte: PNAD/IBGE.

30

TABELA 16 - PORCENTAGEM DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA POR SEXO - BRASIL - 1979/1980.

Sexo	1 9 7 9	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Homens	62,4	60,0	59,5	54,5
Mulheres	54,6	54,1	52,7	49,3
TOTAL	59,9	58,1	57,3	52,8

Fonte: PNAD/IBGE.

31

TABELA 17 - PORCENTAGEM DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL - 1979/1980.

Faixa Etária (em anos)	1979	1981	1982	1983
10/14	12,5	8,2	6,2	5,9
15/19	42,4	39,0	37,6	32,1
20/24	66,6	64,4	63,6	58,3
25/29	70,5	70,1	69,3	65,2
30/39	68,5	67,3	57,5	62,2
40/49	64,9	62,7	61,1	56,8
50/59	59,6	57,6	55,3	50,1
60 ou mais	42,3	39,8	37,7	34,4
TOTAL	59,9	58,1	57,3	52,8

Fonte: PNAD/IBGE.

5 - O COMPORTAMENTO DO SETOR FORMAL

A RAIS constitui-se atualmente em uma das melhores fontes de dados sobre o mercado formal de trabalho no Brasil, cobrindo praticamente todos os trabalhadores com carteira assinada, além dos servidores estatutários. ⁽¹⁶⁾

Em 1983, mais de um milhão de estabelecimentos forneceram informações à RAIS. Enquanto em 1980 foram levantados 17.086.650 empregos, em 1981 o total elevou-se para 17.215.283, em 1982 atingiu 17.958.684, baixando para 17.766.009 em 1983. Se levarmos em consideração que o número de estabelecimentos informantes cresceu cerca de 12% entre 1980 e 1983, especialmente no setor agrícola e na administração pública nas regiões menos desenvolvidas do País, chegamos à conclusão que houve uma estagnação na capacidade de absorção de mão-de-obra no setor formal durante o período. ⁽¹⁷⁾

Em termos regionais, houve queda no emprego no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1981 e 1983. A participação do emprego em São Paulo baixou de 35,8% em 1980 para 33,3% em 1983. A recessão de 1983 produziu uma queda no emprego levantado pela RAIS em quatro das sete regiões analisadas. Além do Rio de Janeiro e São Paulo, houve também redução no emprego em Minas Gerais e Espírito Santo e na região Sul. ⁽¹⁸⁾ (Tabela 17)

O comportamento setorial do emprego foi bastante diferenciado. A indústria, por exemplo, baixou de 6.265.360 em 1980 para 5.330.596 em 1983, correspondendo a uma queda de 15%. A maior queda ocorreu entre 1982 e 1983, tendo sido superior a 600 mil empregos. O setor de serviços também apresentou queda no emprego entre 1982 e 1983. O crescimento de quase um milhão de empregos no governo deve-se, principalmente, a um aumento de quase 50% no número de estabelecimentos levantados pela RAIS entre 1980 e 1983.

A distribuição do emprego segundo o setor modificou-se consideravelmente entre 1980 e 1983. Enquanto a indústria representava 38,7% em 1980, sua participação havia baixado para 35,7% em 1981, 34,4% em 1982 e apenas 31,7% em 1983, correspondendo ao setor mais atingido durante a recessão. A participação de serviços permaneceu aproximadamente estável no período - 24,4% em 1980 e 24,8% em 1983. O governo apresentou um crescimento percentual, em parte pelos motivos já citados acima. Quanto ao comércio, mostrou uma pequena elevação - 12,6% em 1980 e 13,3% em 1983. Os outros setores possuem uma pequena participação no emprego no setor formal. (Tabela 18)

A tendência na evolução do tamanho médio dos estabelecimentos foi de queda. Este fato é especialmente verdadeiro na indústria, onde a média encontrada em 1980 correspondia a 41 empregados por estabelecimento, enquanto em 1983 esta média havia baixado para apenas 34 empregados por estabelecimento. Para o conjunto dos estabelecimentos levantados pela RAIS houve uma redução de 19 para 18 empregados por estabelecimento. (Tabela 19)

Também no setor formal houve uma elevação na participação feminina no emprego. Em 1980, 29,7% dos empregos eram ocupados por mulheres. Em 1982, sua participação elevava-se para 31,2%, atingindo 32,1% em 1983. (Tabela 20)

A RAIS mostra um percentual mínimo de trabalhadores analfabetos - apenas 3,7% em 1983. Com o primário incompleto são encontrados 15,3% e com o primário completo 22,4%. No extremo superior da pirâmide de escolaridade existem 9,0% com o curso superior completo. Ao longo da década de oitenta, nota-se uma clara tendência de diminuição das oportunidades de empregos para os trabalhadores com menor nível de qualificação (instrução). Em 1980, 48,3% dos empregos eram ocupados por trabalhadores com no máximo o curso primário completo. O percentual baixou para 46,2% em 1981, 44,1% em 1982 e 41,4% em 1983. Este fato está diretamente associado à recessão, quando os tra-

balhadores não-qualificados são os primeiros a terem o vínculo empregatício rompido, encontrando dificuldades em retornar ao mercado formal de trabalho. (Tabela 21)

Embora cerca da metade dos trabalhadores tenham 30 anos ou menos, sua participação decresceu bastante a partir de 1980, especialmente para os trabalhadores mais jovens. Aqueles com até 18 anos, respondiam por 7,5% do emprego em 1980, 6,6% em 1981, 6,1% em 1982 e 5,4% em 1983. Com 30 anos ou menos houve uma queda de 53,1% em 1980 para 50,4% em 1983. Indiscutivelmente, a crise econômica dificultou a entrada de trabalhadores jovens no mercado formal de trabalho. (Tabela 22)

O ajuste no nível de emprego durante a recessão deu-se, basicamente, através de uma queda nas novas admissões. Entre 1980 e 1981 houve uma diminuição de mais de 800 mil admissões, enquanto os desligamentos permaneceram praticamente inalterados. Em 1982, as admissões voltaram a elevar-se, enquanto os desligamentos apresentaram uma pequena queda. Em 1983, as admissões reduziram-se em quase um milhão e 400 mil, ao mesmo tempo em que os desligamentos diminuíam em apenas 400 mil. Verifica-se, portanto, que diferentemente do senso comum, não foi a elevação dos desligamentos, mas a queda nas admissões, que ajustou o nível de emprego no período. (Tabela 23)

Uma das consequências da recessão foi a queda na rotatividade da mão-de-obra. A taxa global de vínculos (rotatividade) baixou de 1,55 em 1980 para 1,51 em 1981, 1,50 em 1982 e 1,44 em 1983. (19) Simultaneamente, houve uma elevação no tempo de permanência no emprego, que passou de 4,64 anos em 1980 para 4,99 anos em 1983. A média para os empregados desligados é bem inferior, tendo, entretanto, subido de 17 meses para 23 meses no período. (Tabela 24)

A rotatividade mostra-se bastante diferenciada segundo o setor considerado. Ela é baixa apenas no governo, sendo bastante alta na maioria dos setores. Excluindo-se o governo e a agricultura, onde a taxa de vínculos permaneceu estável, em

todos os setores houve uma acentuada redução. Na indústria, por exemplo, ela reduziu-se de 1,72 em 1980 para 1,67 em 1981, 1,66 em 1982 e 1,56 em 1983. (Tabela 25)

A explicação para a queda da rotatividade durante a crise tem que ser buscada, tanto no comportamento dos empregados quanto dos empregadores. No caso dos primeiros, não resta dúvida que devem procurar permanecer no emprego, na medida em que novas oportunidades de trabalho são escassas. Quanto aos empregadores, que se constituem nos principais responsáveis pela rotatividade, aparentemente não alteram seu comportamento significativamente, de modo a compensar a queda na rotatividade induzida pelos empregados. Assim, o efeito líquido é de redução nas taxas globais de rotatividade.

Passando-se às causas da rotatividade, houve um aumento da participação das rescisões motivadas por iniciativa do empregador. Em 1980, 58,1% eram de iniciativa do empregador sem justa causa, enquanto aquelas de iniciativa do empregado sem justa causa correspondiam a apenas 19,7%. O percentual das rescisões por iniciativa do empregador sem justa causa elevou-se para 64,4% em 1983, ao mesmo tempo em que aquelas motivadas pelo empregado sem justa causa baixou para 17,3%.⁽²⁰⁾ Houve, portanto, uma mudança qualitativa nas causas das rescisões no período. No total, 71,8% das rescisões ocorridas em 1983 eram de iniciativa do empregador (com ou sem justa causa), 18,9% de iniciativa do empregado (com ou sem justa causa), e as restantes por outras razões (aposentadoria, transferência, morte, etc). (Tabela 26)

A remuneração média no setor formal elevou-se entre 1980 e 1982, caindo em 1983. Este resultado não chega a surpreender, uma vez que, até o início de 1983, a legislação salarial permitia reajustes salariais superiores ao INPC para importante parcela dos trabalhadores. Além disso, a queda no nível de emprego dos trabalhadores jovens e dos não-qualificados tende a elevar a remuneração média, na medida em que estes trabalhadores recebem os menores salários. A queda da remuneração média em

1983 está associada às modificações na política salarial naquele ano, além do recrudescimento do processo inflacionário.⁽²¹⁾

Em 1980, a remuneração média global situava-se em 3,4 salários mínimos (SM), elevando-se para 3,5 SM em 1981, 3,6 SM em 1982 e baixando para 3,5 SM em 1983. À primeira vista, as modificações parecem pouco importantes. Quando analisado o valor real do salário mínimo ao longo do período, observa-se um aumento de 1,7% em 1981, 1,0% em 1982 e uma queda de 8,8% em 1983. Portanto, a queda real na remuneração média entre 1982 e 1983 foi de 11,3%.⁽²²⁾

O quadro setorial apresenta modificações. Na indústria, por exemplo, a remuneração média passou de 3,5 para 3,8 SM entre 1980 e 1983. No governo o comportamento foi bastante desfavorável, baixando de 3,5 para 3,2 SM no período. Houve, portanto, uma queda real de cerca de 14% na remuneração média dos trabalhadores do governo, que está associada à política de reajustes do funcionalismo público. No comércio a remuneração média fixou-se em torno de 2,5 SM, enquanto no setor de serviços ela passou de 4,1 para 4,2 SM entre 1980 e 1983. Em termos reais, a remuneração média decresceu em todos os setores, com exceção da indústria, onde ela manteve-se aproximadamente constante no período.⁽²³⁾ (Tabela 27).

Finalizando, notou-se uma estagnação no mercado formal de trabalho entre 1980 e 1983. O setor mais atingido foi a indústria, com uma queda elevada no nível de emprego. Com isto, o Estado de São Paulo, teve sua participação diminuída no emprego do País. Os trabalhadores que mais sofreram com a crise foram os jovens e aqueles com menor nível de qualificação. As mulheres, por sua vez, tiveram sua participação aumentada. A recessão provocou uma diminuição das taxas de rotatividade, embora com o aumento da responsabilidade dos empregadores nas rescisões dos vínculos empregatícios. Quanto às remunerações, apesar do comportamento relativamente favorável até 1982, despencaram em 1983, como resultado da nova legislação salarial e do aumento da inflação.

TABELA 17 - EMPREGO POR REGIÃO - BRASIL - 1980/1983.

Região	1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Rio de Janeiro	2.604.709	15,4	2.599.894	15,1	2.636.494	14,7	2.556.626	14,4
São Paulo	6.074.757	35,8	5.916.245	34,1	6.080.894	33,9	5.923.469	33,3
Sul	2.981.988	17,6	3.035.913	17,6	3.186.336	17,8	3.125.782	17,6
Minas Gerais e Espírito Santo	1.787.097	10,5	1.833.733	10,7	1.913.661	10,7	1.870.404	10,5
Nordeste	2.277.407	13,4	2.495.046	14,5	2.679.417	14,9	2.710.477	15,3
Distrito Federal	364.134	2,1	355.924	2,1	365.409	2,0	428.662	2,4
Norte e Centro-Oeste	881.176	5,2	969.893	5,6	1.085.788	6,0	1.146.872	6,5
Não-declarados	115.382	-	8.635	-	10.685	-	3.717	-
TOTAL	17.086.650	100	17.215.283	100	17.958.684	100	17.766.009	100

Fonte: RAIS.

38

TABELA 18 - EMPREGO POR SETOR - BRASIL - 1980/1983.

Setor	1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Agricultura	185.706	1,1	211.206	1,3	256.388	1,5	268.068	1,6
Indústria	6.265.360	38,7	5.907.368	35,7	5.940.015	34,4	5.330.596	31,7
Serviços	3.951.057	24,4	4.072.606	24,6	4.261.343	24,7	4.180.988	24,8
Comércio	2.037.688	12,6	2.070.105	12,5	2.205.809	12,8	2.232.969	13,3
Governo	2.907.605	17,9	3.375.398	20,4	3.636.720	21,1	3.834.589	22,8
Outros	864.464	5,3	901.429	5,5	958.070	5,5	984.671	5,8
Não-declarados	874.770	-	677.171	-	700.339	-	934.128	-
TOTAL	17.086.650	100	17.215.283	100	17.958.684	100	17.766.009	100

Fonte: RAIS.

39

TABELA 19 - TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS POR SETOR - BRASIL - 1980/1983.

Setor	(número de empregados)			
	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Agricultura	34	34	37	37
Indústria	41	38	38	34
Serviços	17	17	17	16
Comércio	7	7	7	6
Governo	426	392	385	378
Outros	28	27	27	26
TOTAL	19	18	18	18

Fonte: RAIS.

40

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO POR SEXO - BRASIL - 1980/1983.

Sexo	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Masculino	70,3	70,3	68,8	67,9
Feminino	29,7	29,7	31,2	32,1
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: RAIS.

41

TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO - BRASIL - 1980/1983.

Grau de Instrução	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Analfabeto	4,3	4,6	4,2	3,7
Primário Incompleto	18,3	17,4	16,6	15,3
Primário Completo	25,7	24,2	23,3	22,4
Ginasial Incompleto	12,1	12,1	12,6	12,6
Ginasial Completo	10,4	10,6	11,0	11,7
Colegial Incompleto	6,4	6,7	6,7	6,9
Colegial Completo	12,2	13,0	13,7	14,6
Superior Incompleto	3,4	3,7	3,6	3,8
Superior Completo	7,2	7,7	8,3	9,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: RAIS.

42

TABELA 22 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL - 1980/1983.

Faixa Etária (em anos)	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
10/18	7,5	6,6	6,1	5,4
19/30	45,6	44,9	45,3	45,0
31/40	24,4	25,4	26,0	27,0
41/50	14,5	14,8	14,6	14,7
Mais de 50	8,0	8,3	8,0	7,9
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: RAIS.

43

TABELA 23 - ADMISSÕES, DESLIGAMENTOS E EMPREGO - BRASIL - 1980/1983.

	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Admissões	9.613.259	8.774.599	9.238.207	7.850.728
Desligamentos	8.624.299	8.648.570	8.416.777	8.040.218
Empregos (em 31/12)	17.086.650	17.215.283	17.958.684	17.766.009

Fonte: RAIS.

44

TABELA 24 - TAXA DE VÍNCULOS E TEMPO MÉDIO NO EMPREGO - BRASIL - 1980/1983.

	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Taxa de Vínculos	1,55	1,51	1,50	1,44
Tempo Médio dos Desligados (em anos)	1,45	1,58	1,64	1,94
Tempo Médio dos Empregados (em anos)	4,64	4,82	4,84	4,99

Fonte: RAIS.

45

TABELA 25 - TAXA DE VÍNCULOS POR SETOR - BRASIL - 1980/1983.

Setor	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Agricultura	1,78	1,76	1,76	1,80
Indústria	1,72	1,67	1,66	1,56
Serviços	1,59	1,55	1,56	1,51
Comércio	1,67	1,62	1,63	1,60
Governo	1,10	1,10	1,11	1,10
Outros	1,33	1,30	1,29	1,27
TOTAL	1,55	1,51	1,50	1,44

Fonte: RAIS.

46

TABELA 26 - DISTRIBUIÇÃO DAS RESCISÕES SEGUNDO AS CAUSAS - BRASIL - 1980/1983.

Causas das Rescisões	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Empregador c/justa causa	2,4	2,0	10,2	7,4
Empregador s/justa causa	58,1	64,0	59,8	64,4
Empregador outras causas	5,8	5,9	-	-
Empregado c/justa causa	2,7	2,0	1,4	1,6
Empregado s/justa causa	19,7	15,6	19,6	17,3
Empregado outras causas	6,3	5,3	-	-
Transferência	1,1	1,1	1,5	1,9
Aposentadoria	0,9	0,9	1,1	1,6
Morte	0,4	0,4	0,4	0,5
Outras	2,6	2,8	6,3	5,3
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: RAIS.

Obs. : A partir de 1982 foram eliminadas "empregador outras causas" e "empregado outras causas".

47

TABELA 27 - REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR - BRASIL - 1980/1983.

Setor	(em salários mínimos)			
	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3
Agricultura	2,1	2,2	2,1	2,1
Indústria	3,5	3,6	3,8	3,8
Serviços	4,1	4,2	4,4	4,2
Comércio	2,5	2,4	2,5	2,5
Governo	3,5	3,3	3,4	3,2
Outros	3,4	3,5	3,8	3,5
TOTAL	3,4	3,5	3,6	3,5

Fonte: RAIS.

NOTAS:

- (1) - Veja Souza, Paulo Renato, "A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas", Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1980.
- (2) - Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os trabalhadores desligados no setor formal em 1983 possuíam, em média, cerca de dois anos no emprego. Assim, o FGTS permitiria uma sobrevivência, com o mesmo nível de renda, por aproximadamente dois meses.
- (3) - Para uma discussão sobre as barreiras à entrada no setor formal veja Cacciamali, Maria Cristina, "Relações entre Desemprego Aberto, Subemprego e Setor Informal em uma Economia de Industrialização Intermediária ao Longo do Ciclo Econômico, Anais do XII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, São Paulo, Dezembro de 1984.
- (4) - Nesta e nas duas próximas seções utilizaremos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Como em 1980 foi realizado o Censo Demográfico, que utiliza conceitos diferentes da PNAD, omitindo, inclusive, informações contidas na PNAD, a base de comparação será o ano de 1979, excluindo-se os dados do Censo de 1980.
- (5) - É claro que a elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho não deve-se exclusivamente à crise econômica, constituindo-se uma tendência de longo prazo.
- (6) - Os questionários foram modificados pelo IBGE em abril de 1982, eliminando-se da população economicamente ativa os desocupados que não tivessem tomado qualquer providência para conseguir uma nova ocupação na semana de referência da pesquisa. Com isto, as taxas de desemprego caíram bastante.

- (7) - As taxas de desemprego possuem um comportamento sazonal. As quedas observadas ao longo do segundo semestre repetem-se todos os anos.
- (8) - Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, o tempo médio de procura de um novo emprego situa-se em torno de quatro meses. Após este período, ou o trabalhador volta a se empregar, ou passa a ser considerado um "desalentado" pelo IBGE, deixando de fazer parte da população economicamente ativa.
- (9) - A principal modificação foi a queda na população ocupada ocorrida na região Sul.
- (10) - O "crescimento" da população ocupada na indústria de construção no Nordeste, entre 1982 e 1983, foi superior a 1,5 milhão de trabalhadores.
- (11) - Para a definição das ocupações utilizadas nesta seção consulte qualquer publicação da PNAD/IBGE.
- (12) - Estamos considerando aqui os profissionais liberais independentes e o conjunto de trabalhadores autônomos não subordinados, seguindo a tipologia de Souza (1980), no sentido de diferenciá-los dos trabalhadores autônomos subordinados.
- (13) - A comparação entre os valores absolutos não é muito boa, na medida em que a PNAD superestimou os totais populacionais em 1979. Isto pode ser verificado ao comparar-se a população ocupada em 1979 (44.162.360) com aquela em 1981 (45.465.410). A diferença encontrada entre os dois anos está claramente subestimada, devendo-se à utilização de uma taxa de crescimento populacional exagerada ao longo da década de setenta.

- (14) - A queda exagerada encontrada para o percentual de empregados com carteira assinada no Nordeste, entre 1982 e 1983, deve-se às "frentes de trabalho", que empregavam trabalhadores com remuneração abaixo da mínima legal, sem carteira assinada.
- (15) - Mais uma vez lembramos que os trabalhadores nas "frentes de trabalho" no Nordeste foram incluídos na indústria de construção, justificando a queda acentuada de trabalhadores com carteira assinada neste setor. Veja Nota (10)
- (16) - Para uma discussão sobre a abrangência dos dados da RAIS veja Saboia, João e Ricardo Tolipan, "A RAIS e o Mercado Formal de Trabalho no Brasil", Texto para Discussão nº 67, IEI/UFRJ, Fevereiro de 1985. Diferentemente da PNAD, a RAIS fornece informações sobre "emprego" em vez de "população ocupada". Observe que uma pessoa pode, eventualmente, ocupar mais de um emprego simultaneamente.
- (17) - A RAIS tem mostrado uma tendência de aumento de cobertura. Assim, parcela dos informantes a cada ano é constituída de estabelecimentos que já existiam mas que não preenchiam a RAIS. Portanto, o crescimento do emprego entre 1980 e 1982 está superestimado, enquanto a queda em 1983 está subestimada.
- (18) - O melhor comportamento da evolução do emprego nas regiões menos desenvolvidas deve-se, em parte, ao aumento de cobertura da RAIS nestas regiões.
- (19) - A taxa de vínculos é definida pelo quociente entre o número total de vínculos ocorridos em cada ano e o emprego médio, onde este último é calculado pela média entre o emprego em 01/01 e 31/12 do respectivo ano. Ela pode ser utilizada como taxa de rotatividade, mostrando o "excedente" de empregados relativamente ao emprego médio no ano. Quanto mais próxima da unidade menor é a rotatividade. Apesar da queda na rotatividade, ela ainda permanece bastante elevada em 1983, significando a rotação de cerca de 44% da mão-de-obra durante aquele ano.

- (20) - A comparação entre as causas das rescisões dos vínculos empregatícios fica um pouco prejudicada devido à eliminação de "empregador outras causas" e "empregado outras causas" a partir de 1982. De qualquer forma a tendência geral é nítida.
- (21) - Entre 1980 e 1982 estiveram em vigor as Leis 6.708 e 6.886, com reajustes semestrais equivalentes a 110% do INPC para os salários inferiores a 3 SM. Ao longo de 1983 a legislação salarial foi modificada quatro vezes - Decretos-Lei 2.012, 2.024, 2.045 e 2.065 - todos eles com forte capacidade de compressão dos salários.
- (22) - O salário mínimo utilizado é a média anual do maior salário mínimo do País, incluindo o 13º salário.
- (23) - Para o leitor interessado em mais dados relativos às transformações ocorridas no mercado formal de trabalho entre 1980 e 1983 sugerimos consultar as publicações anuais do Ministério do Trabalho RAIS 80, RAIS 81, RAIS 82 e RAIS 83.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1985

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº de
páginas

65. TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Uma reflexão sobre a inflação contemporânea. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984. (Discussão, 65) 30
66. ERBER, Fábio Stefano; GUIMARÃES, Eduardo Augusto; ARAUJO JR., José Tavares de. A política tecnológica da segunda metade dos anos oitenta. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984. (Discussão, 66) 55
67. SABOIA, João L.M. e TOLIPAN, Ricardo M.L. A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 67) 24
68. TAVARES, Maria da Conceição. A retomada de hegemonia norte-americana, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985 (Discussão, 68). 24
69. SABOIA, João L.M. Considerações sobre as transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a recessão - 1980/1983. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 69) 52